

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

ROLF JESSE FÜRSTENAU

Trabalho de Conclusão em Licenciatura

**Cultura política democrática no Brasil: uma análise do capital social
nos governos Lula e Dilma**

**PORTO ALEGRE
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

ROLF JESSE FÜRSTENAU

TRABALHO DE CONCLUSÃO EM LICENCIATURA

**Cultura política democrática no Brasil: uma análise do capital social
nos governos Lula e Dilma**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em
Licenciatura em Ciências Sociais na
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: **Professor Dr. Rodrigo Stumpf González**

**PORTO ALEGRE
2014**

Para aquela que enche a minha vida de alegria e meus dias de amor,
nossa filhinha amada Alícia Lotte

Agradecimentos

Agradeço à minha amada esposa e colega Brenda Bianca Rodrigues Jesse Fürstenau, que tornou esses anos de estudo para uma segunda graduação muito mais doces. Agradeço aos colegas de curso que se tornaram amigos. Agradeço aos meus pais, Horst e Betty, por todo apoio e inspiração, aos meus sogros Lizete e Sérgio e a todos os demais familiares que deram apoio nesse período final do curso no qual precisávamos de ajuda para podermos nos dedicar a este trabalho de conclusão. Agradeço ao Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González pela orientação desta pesquisa e à Camila de Vasconcelos pela ajuda com a metodologia quantitativa.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a todos que contribuíram de alguma forma para esta conquista.

Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras, trata-se, porém, de transformá-lo.
Karl Marx, Thesen über Feuerbach

Resumo

Após um período de ditadura militar o Brasil passou a ser considerado um país democrático pelo fato de possuir instituições formais consolidadas e eleições diretas. Porém, a participação da população na política ainda é muito reduzida. A constatação de que a análise institucional é insuficiente para se avaliar a qualidade de uma democracia levou ao estabelecimento de todo um campo de pesquisa focado na cultura política, de onde vem a base teórica deste trabalho. Para analisar a cultura política brasileira esta pesquisa se fundamentou na teoria do capital social, principalmente na noção de comunidade cívica desenvolvida por Robert David Putnam. A partir dos dados das pesquisas de opinião do World Values Survey realizadas nos anos de 2006 e 2014 buscou-se avaliar o capital social da juventude, em comparação com os mais velhos, e o impacto da escolaridade na formação de atitudes cívicas. Constatou-se que idade e grau de instrução impactam de forma importante as atitudes dos entrevistados. Com relação à escolaridade, conclui-se que, de modo geral, quanto maior o grau de instrução, maior tende a ser o capital social. Na comparação entre 2006 e 2014 constatou-se que houve retrocesso no capital social brasileiro.

Palavras-chave: cultura política, capital social, socialização política, democracia

Abstract

After a period of military dictatorship, Brazil started to consider itself a democratic country because of the existence of formal institutions and direct elections. However, public participation in politics is still very low. The finding that institutional analysis is insufficient to assess the quality of a democracy led to the establishment of an entire research field focused on the political culture, hence the theoretical basis of this work. To analyze Brazilian political culture this research is based on the social capital theory, especially in the concept of civic community as developed by Robert David Putnam. Using the World Values Survey data from 2006 and 2014 we sought to assess the social capital of youth, compared to the older ones, and the impact of education in the formation of civic attitudes. It was found that age and educational level significantly impact the attitudes of respondents. As to education, it is concluded that, in general, the higher the education level, the greater will be the social capital. In the comparison between 2006 and 2014 it was found that there was a decline in the Brazilian social capital.

Key-words: political cultura, social capital, political socialization, democracy

Lista de tabelas

Por escolaridade

Tabela 1 – Confiança na família, por escolaridade %

Tabela 2 - Confiança nos vizinhos, por escolaridade %

Tabela 3 – Pode-se confiar na maioria das pessoas, por escolaridade %

Tabela 4 – Outros querem tirar vantagem sobre o entrevistado, por escolaridade %

Tabela 5 – Confiança no governo, por escolaridade %

Tabela 6 – O que pensa sobre um regime militar no governo do Brasil, por escolaridade %

Tabela 7 – Participação em manifestações pacíficas, por escolaridade %

Por faixa de idade

Tabela 8 – Confiança na família, por faixa de idade %

Tabela 9 – Confiança nos vizinhos, por faixa de idade %

Tabela 10 – Pode-se confiar na maioria das pessoas, por faixa de idade %

Tabela 11 – Outros querem tirar vantagem sobre o entrevistado, por faixa de idade %

Tabela 12 – Confiança no governo, por faixa de idade %

Tabela 13 – O que pensa sobre um regime militar no governo do Brasil, por faixa de idade %

Tabela 14 – Participação em manifestações pacíficas, por faixa de idade %

Siglas

DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetario Internacional
PIB	Produto Interno Bruto
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
WVS	World Values Survey

Sumário

1 – Introdução	10
2 - Contextualização: o Brasil e os governos do PT	13
3 – Fundamentos teóricos para análise da cultura política	17
3.1 - Cultura Política	17
3.2 – Socialização Políticas	21
3.3 – Capital Social	25
4 – O capital social brasileiro: análise de dados do World Values Survey	30
4.1 Análises por escolaridade	31
4.1 Análises por faixa de idade	40
5 – Conclusões	47
6 – Referências	49

1 - Introdução

A cultura política brasileira tem um longo histórico de patrimonialismo. As elites que sempre governaram o Brasil conforme seus interesses, tratando a coisa pública como se fosse sua, se mantiveram no poder e conduziram o processo de redemocratização após a ditadura militar. Instituições formais foram estabelecidas mas a participação da população brasileira se limita basicamente às eleições. Os primeiros governos após a ditadura foram marcados pela abertura do mercado, pelas privatizações e pela luta contra a hiperinflação, finalmente vencida com o Plano Real. Os problemas sociais continuaram se agravando com a aplicação da receita neoliberal, com altos índices de desemprego e pobreza. No início do século XXI, a partir do governo do presidente Lula, começaram a haver melhorias através de políticas públicas que proporcionara o aumento da renda dos trabalhadores, a redução do desemprego, o aquecimento da economia e a ampliação do acesso ao nível superior de ensino. Ações afirmativas e de distribuição de renda começaram a reverter a situação de exclusão de uma grande parcela da população.

As pesquisas empíricas mostram que dificilmente é possível construir uma democracia quando há problemas sociais graves. Uma explicação para isso é que a desigualdade social leva ao "aumento da desconfiança dos cidadãos das instituições políticas e seus representantes" (BAQUERO, 2008, p. 382). Diversos trabalhos foram realizados a respeito da cultura política brasileira considerando o período anterior ao do primeiro governo Lula ou seus primeiros anos, quando os programas sociais ainda estavam iniciando e a equipe econômica priorizava a continuidade da estabilidade do modelo neoliberal já estabelecido.

Em 2003 Marcello Baquero escreveu em um artigo que “um dos principais desafios que os cientistas políticos têm que responder” é “como constituir cidadãos críticos e orientados para uma participação política maior” (BAQUERO, 2003, p. 92). Após mais de uma década de governos pós-neoliberais, como define Emir Sader (SADER, 2013), o desafio permanece. Houve inclusão de milhões de brasileiros no mercado consumidor. O acesso à educação superior foi facilitado para os desfavorecidos e o atendimento médico foi ampliado através da contratação de médicos estrangeiros. Porém, a questão é se estas políticas públicas de inclusão social levaram também ao desenvolvimento da cidadania. Procuramos analisar neste trabalho se há indícios deste processo.

A análise empírica deste trabalho, uma pesquisa quantitativa, é realizada com a utilização dos dados coletados em pesquisas do tipo *survey* realizadas em 2006 e 2014 pelo World Values

Survey. Estas pesquisas, realizadas no último ano do primeiro governo Lula e no último ano do primeiro governo Dilma, retratam dois momentos do período em que o PT esta no governo federal. Este trabalho trata-se de uma análise da cultura política brasileira deste período.

Considerando as sucessivas vitórias eleitorais do PT e que houveram melhorias nos índices sociais, através de um “reformismo fraco”, como diz Andre Singer (SINGER, 2012), ou seja, sem rupturas, a pergunta que este trabalho procura responder, baseado na teoria do capital social é: houve melhora qualitativa da democracia brasileira? Para responder a essa pergunta parte-se da hipótese de que houve um incremento no capital social do povo brasileiro através das políticas de inclusão social. É feita a investigação de alguns fatores que compõe a cultura política dos brasileiros, especialmente da juventude, para verificar se os dados do World Values Survey confirmam tal hipótese.

O processo de socialização política ocorre ao longo de toda a vida de um cidadão. Desde a infância, quando no ambiente familiar a pessoa tem sua primeira socialização, passando pela adolescência e juventude, período em que a escola passa a assumir um papel central como agência socializadora, até a vida adulta, o indivíduo vai formando suas atitudes com relação ao sistema político (SCHMIDT, 2001). Para a pesquisa um dos recortes realizados é por faixa de idade pois o foco do trabalho é na socialização política da juventude. Como a principal agência socializadora no período da juventude é a escola, também é feito o recorte por escolaridade. Estas variáveis independentes são então cruzadas com questões relacionadas ao capital social, conforme exposto no quadro teórico.

Na análise empírica do trabalho foi realizada uma pesquisa quantitativa na qual foram analisados dados de *surveys* disponibilizados pelo World Values Survey (WVS). Trata-se de duas amostras da população brasileira. Os dados foram disponibilizados em bancos de dados no formato do software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), o qual foi utilizado na versão 17. Os *surveys* de cada ano são compostos por um conjunto semelhante de questões. As variáveis utilizadas neste trabalho são as mesmas nas duas ondas.

A partir dos trabalhos documentados na bibliografia a respeito do processo de socialização política, procuramos relacionar variáveis independentes como faixa de idade e escolaridade com variáveis dependentes que correspondem às questões relativas ao capital social, como a confiança interpessoal, a confiança nas instituições e o apoio à democracia. Através de comparativos analisamos o efeito da escolaridade, pois a escola é uma agência socializadora

fundamental. Comparativos entre os anos de 2006 e 2014 são realizados para se buscar as variações nos índices entre um momento e outro.

2 – Contextualização: o Brasil e os governos do PT

O Brasil possui uma jovem democracia. Após o golpe militar de 1964, que destituiu o presidente democraticamente eleito João Goulart, só houve eleições direta para a Presidência da República a partir de 1989, quando foi eleito Fernando Collor de Mello. Isso após um período de redemocratização marcada por grandes manifestações (BERTONCELO, 2009). Collor, o primeiro presidente eleito pelo voto direto do povo brasileiro após a ditadura, veio a sofrer *impeachment* sob intensa pressão da sociedade a partir de denúncias de corrupção amplamente divulgadas. Com sua popularidade abalada desde o início do seu governo por confiscar a poupança da população e sem apoio dos principais partidos, Collor não resistiu. Seu vice-presidente, Itamar Franco, assumiu e em seu governo foi criado o Plano Real, que conseguiu acabar com a hiperinflação que já atingia mais de 40% ao mês. O Ministro da Fazenda na época, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, foi eleito Presidente da República nas eleições seguintes, em 1994, vindo a ser reeleito em 1998. Seu governo foi marcado pela continuidade do Plano Real e pela implementação de reformas privatizantes.

Nas últimas décadas do século XX, no Brasil, apesar do processo de redemocratização, a desigualdade social permaneceu. A crise econômica se acentuou com a implementação de políticas neoliberais que aprofundaram ainda mais a desintegração social. O distanciamento entre o Estado e o povo levou à apatia política e à falta de confiança nas instituições formais. Este processo não ocorreu só no Brasil. Na Europa fenômenos semelhantes puderam ser observados com a crise dos Estados de Bem-Estar, cujos princípios fundamentais eram a seguridade social, o pleno emprego e políticas redistributivas e compensatórias com o objetivo de reduzir as desigualdades. A partir da década de 1970 esses Estados foram atingidos por recessão econômica e crise fiscal. Nesse contexto as idéias (neo)liberais se apresentaram como solução, com críticas ao tamanho do Estado e à sua intervenção na economia. Liberalização do mercado e privatizações foram vistas como caminho obrigatório para a modernização das democracias (LEME, 2010).

No caso brasileiro, mesmo que estivéssemos longe de ter um Estado de Bem-Estar, as reformas neoliberais foram implantadas a partir do discurso de modernização e redução do Estado, visto como ineficiente e incapaz de prover serviços de qualidade para a população. Assim, grandes empresas estatais foram privatizadas. A grande mídia contribuiu propagando esse discurso que levou à formação de um senso comum favorável à essas reformas (LEAL, 2005).

Os direitos trabalhistas foram ameaçados, vistos como impecilho para a geração de empregos por parte dos empreendedores. A informalidade e o desemprego foram aumentando. Juarez Guimarães explica que houve alterações no “padrão de direitos e deveres entre os cidadãos brasileiros”: “Se a Constituição de 1988 indicou um caminho de universalização de direitos sociais, o plano neoliberal de refundação do Estado brasileiro incorporou um ataque generalizado à lógica dos direitos dos trabalhadores” (GUIMARÃES, 2001, p. 136-137). Apesar deste processo de deterioração social, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi reeleito em 1998. Uma explicação para isto pode ser dada pela cultura política:

A impregnação da cultura política do país e do senso comum por esse economicismo explica o aparente paradoxo de FHC ter-se beneficiado politicamente na primeira eleição da explosão de consumo inicialmente produzida pelo Plano Real e, na reeleição, da problemática iminência de uma crise cambial (GUIMARÃES, 2001, p. 138).

Percebendo que as reformas que prometiam modernização agravaram a crise econômica, a população elegeu em 2002 para a presidência do país o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, representante da oposição de esquerda ao governo FHC. Mesmo denunciando os problemas trazidos pelas políticas implantadas e a decepção do povo com relação ao não cumprimento das promessas de desenvolvimento, Lula se comprometeu a manter a política macroeconômica de FHC e honrar todos os acordos com organismos internacionais. Essa posição foi sacramentada em junho de 2002, ainda antes das eleições, com a publicação da “Carta ao Povo Brasileiro”. Na época estava ocorrendo uma grave crise cambial. O governo havia negociado um acordo com o FMI e havia o temor de que os compromissos assumidos não fossem cumpridos pelo candidato que vencia nas pesquisas eleitorais. Conforme Moraes e Saad-Filho, aquela crise “poderia levar ao colapso cambial e da dívida pública, evento inaceitável para qualquer força política sem objetivo revolucionário e que disputasse o pleito com reais chances de vitória, como era o caso do PT e de seus principais aliados” (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 511-512).

A equipe econômica do novo governo inicialmente manteve a política econômica neoliberal herdada. Porém, apesar de ter mantido a estabilidade, os resultados na questão da desigualdade social eram insatisfatórios. No final de 2005 houve uma inflexão na política econômica. A visão desenvolvimentista que vê o Estado como tendo um papel mais atuante na economia predominou. Foram criadas medidas de estímulo ao crescimento econômico e programas de transferência de renda. O governo criou e ampliou programas para a redução das

desigualdades e o aumento da renda dos trabalhadores. O Bolsa Família, programa de transferência de renda para as famílias mais pobres, foi expandido. Durante os dois governos de Lula o valor do salário mínimo nacional teve reajustes acima da inflação, aumentando de R\$ 260 em 2004 para R\$ 510 em 2010. Em 2007 foi estabelecida uma política de valorização permanente do salário mínimo até 2023 que define que o aumento anual deve ser o índice de inflação mais um aumento conforme o crescimento do PIB. O aumento real, conforme dados do DIEESE, ao fim dos dois primeiros mandatos do PT, foi de 53,67% (DIEESE, 2010). De acordo com Nelson Barbosa, "o aumento das transferências de renda via aumento do salário-mínimo e programas de combate à pobreza elevou o piso das negociações salariais e aumentou o poder de barganha dos trabalhadores, sobretudo no setor de serviços" (BARBOSA, 2013, p. 95).

Nesse período, a taxa de pobreza (percentual de membros da classe E no total da população) despencou de 26,7% em 2002 para cerca de 12,8% em 2012. A porcentagem de brasileiros pertencentes à mal denominada classe média saltou de 38% para mais de 52% da população total no mesmo intervalo, e o medidor da desigualdade (índice de Gini) caiu de 0,589 em 2002 para 0,527 em 2011 (MATTOSO, 2013, p. 115).

Investimentos na infraestrutura e no estímulo ao mercado levaram ao aquecimento do mercado e o desemprego caiu. Mesmo durante o período da crise internacional iniciada em 2008 o ativismo estatal continuou. Todo esse processo ocorreu sem rupturas com o modelo macroeconômico herdado do governo FHC. A estabilidade econômica continuou sendo prioridade nos governos do PT porém o papel do Estado mudou. Após Lula ser reeleito em 2006, sua sucessora Dilma Rousseff foi eleita em 2010 prometendo ampliar os programas sociais e de incentivo ao mercado. Morais e Saad-Filho explicam:

Diferentemente do que seria de prever, essa convivência de políticas econômicas supostamente antagônicas vem obtendo resultados tão favoráveis quanto inesperados, apesar da continuidade de problemas decorrentes da manutenção das políticas macroeconômicas neoliberais. Houve uma generalizada melhora das variáveis econômicas a partir de 2006, algumas delas apontando, inclusive, para mudanças estruturais em curso na economia brasileira (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 521).

Como o governo do PT conseguiu manter a estabilidade herdada do Plano Real, ao contrário das previsões pessimistas de alguns operadores do mercado financeiro que pregam o liberalismo econômico, e ainda aquecer o mercado interno, reduzindo desigualdades socioeconômicas, a oposição partidária e midiática concentrou seus ataques ao próprio partido da

situação e seus líderes. A partir de 2005 uma série de denúncias levou ao escândalo político conhecido como “Mensalão”, em referência às denúncias de que políticos estavam recebendo valores mensais para darem apoio ao governo. Chamado muitas vezes pela grande mídia de “o maior escândalo de corrupção da história”, foi usado intensivamente pela oposição para desgastar o governo. Apesar disso, Lula se reelegeu em 2006 e em 2010 lançou como candidata a sucessão presidencial sua Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que foi eleita e então reeleita em 2014. Apesar de os resultados das eleições demonstrarem que o apoio ao governo do PT continua, a população tem uma péssima imagem dos políticos e dos partidos.

Conforme podemos observar historicamente, o desenvolvimento econômico não leva automaticamente à melhora qualitativa da democracia. O crescimento econômico de um país pode ocorrer sem haver um correspondente aumento no capital social. No caso brasileiro, não houveram rupturas nos últimos governos. O resultado social dos anos de ditadura seguidos do projeto neoliberal persiste. A participação popular se restringe às eleições. A jovem democracia brasileira por um lado consolidou a rejeição ao autoritarismo mas por outro coloca em risco os avanços sociais pela falta de confiança nas instituições.

Buscando meios de reverter este quadro de apatia e descrença do povo nas instituições surgiram diversas propostas para que haja o aumento da participação popular nas decisões governamentais e na fiscalização. Mesmo que não sejam percebidas melhorias econômicas, a importância de mecanismos de participação política reside em preservar a confiança da sociedade nos ideais democráticos, mantendo afastadas as possibilidades de ruptura (BAQUERO, 2003). Algumas experiências de democracia participativa foram criadas por parte de alguns governos, como o Orçamento Participativo de Porto Alegre, porém grande parte da população ainda permanece afastada do debate político.

Conforme mencionado, países com graves problemas econômicos têm dificuldade em consolidar sua democracia. Assim, um dos motivos da fragilidade da nossa democracia teriam sido as desigualdades sociais e o desmonte do Estado promovido pelo neoliberalismo. Porém, nos anos recentes houve melhoras na situação econômica do país. O desemprego diminuiu e a renda dos trabalhadores aumentou. Mesmo assim, o sistema político continua sendo muito malvisto por grande parte da população. A Ciência Política deve pesquisar esta nova situação brasileira para verificar a relação entre o desenvolvimento econômico e o capital social no país.

3 – Fundamentos teóricos para análise da cultura política

A base teórica deste trabalho é o campo da cultura política. A partir da constatação das limitações das análises institucionalistas cientistas sociais redescobriram a importância da dimensão cultural para se entender um regime político. Tal enfoque não é novo na teoria social porém vinha sendo negligenciado nas análises políticas. Para analisar a qualidade de nossa democracia nos baseamos na teoria do capital social. Diversos autores desenvolveram este conceito, com ênfases diferentes (BOURDIEU, 1999; BAQUERO, 2003, 2008; PUTNAM, 1996; PORTES, 2000). O capital social é uma forma de avaliar o quanto um grupo esta coeso e o quanto as normas sociais são respeitadas pelos integrantes deste grupo. Quanto maior o capital social, mais o grupo tem condições de realizar ações como um coletivo. Ao ampliar esta teoria para um país inteiro torna-se uma ferramenta útil para avaliar a qualidade da democracia. Todo regime político esta relacionado ao sistema de valores, normas e crenças do povo, que são formados através do processo de socialização. Embora seja um processo que ocorra durante toda a vida do cidadão, é durante a infância e adolescência que são estabelecidas as idéias mais fortes que posteriormente vão sofrendo mudanças e adaptações. Inicialmente a família e então a escola são as agências socializadoras mais importantes, além de outras como a mídia. Este trabalho foca na importância da escola na socialização política dos brasileiros. Antes de apresentar o quadro teórico relativo aos conceitos o contexto político, social e econômico do Brasil é resumidamente exposto.

3.1 - Cultura Política

Não é nova a idéia de que os sistemas políticos formais estão relacionados às culturas das nações. Isto pode ser encontrado em Platão e Aristóteles. No entanto, foi a partir da década de 1960, especialmente com a publicação do trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba, que foi constituído na Ciência Política o campo da Cultura Política. Observando as transformações que estavam ocorrendo em diversos países no período posterior à Segunda Guerra Mundial, estes autores perceberam que em muitos casos, apesar de ter havido o estabelecimento de instituições inspiradas no modelo democrático dos Estados Unidos da América e de outros países ocidentais, não estava ocorrendo o desenvolvimento de uma cultura política adequada a qual identificaram como “cultura cívica” (FAGUNDES, 2008). Neste período em que os EUA se consolidavam

como potência global, os pesquisadores perceberam que haviam dificuldades para que pudesse ocorrer a transferência da “cultura política dos estados democráticos ocidentais para as nações emergentes” (VERBA, 1965 apud FAGUNDES, 2008). O desenvolvimento econômico demonstrou que não necessariamente leva à formação de uma cultura política democrática.

É importante destacar que o padrão de democracia a partir do qual Almond e Verba realizaram as suas comparações era muito semelhante ao sistema político encontrado nos Estados Unidos (PRZEWORSKI; CHEIBUB; LIMONGI, 2003). A exportação do modelo de democracia estadunidense esta na base do discurso da política externa daquele país. Os Estados Unidos são a maior potência econômica do planeta, tendo consolidado sua liderança pela posição geopolítica extremamente favorável ao fim da Segunda Guerra Mundial. Megacorporações norte-americanas operam em todo mundo e legitimam sua atuação pelo discurso do liberalismo econômico. A política externa norte-americana procura criar condições para que os negócios aconteçam. Se for necessário, realizam intervenções militares ou financiam atividades de subversão para derrubar governos considerados inimigos. No entanto, é preferível incentivar os países a adotarem o seu padrão de democracia formal, desde que os governos estejam de acordo com os interesses econômicos. Apesar de propagarem um discurso baseado em idéias democráticas, os norte-americanos têm um grande histórico de participação em golpes, além de apoiar regimes autoritários de parceiros em sua estratégia global de dominação. Noam Chomsky explica que trata-se da exportação de “um sistema político com eleições regulares, mas sem nenhum questionamento sério da dominação empresarial” (CHOMSKY, 2003, p 411). György Lukács explica a necessidade do estabelecimento de um modelo político para consolidar essa dominação:

Como a dominação da burguesia estende-se efetivamente para toda a sociedade, como ela aspira realmente a organizar toda a sociedade de acordo com seus interesses, e em parte o realizou, era necessário tanto criar uma doutrina fechada da economia, do Estado, da sociedade, etc. (o que já pressupõe e significa, em si e por si, uma "visão do mundo"), como ampliar e tornar consciente em si a crença em sua própria vocação para essa dominação e organização (LUKÁCS, 2003, p. 167)

Apesar do discurso neoliberal que demoniza o Estado, Robert Castel explica que é necessário que seja estabelecido um regime político, democrático ou autoritário, caso contrário o livre mercado levaria a sociedade de volta ao seu estado de natureza. Foram as regulações sociais que permitiram a moderna coesão social (CASTEL, 1998, p. 562). Este modelo atual de

democracia ocidental se desenvolveu dentro do capitalismo no processo de busca por estabilidade. Os poderosos adotaram a democracia “não tanto porque a pressão das classes inferiores havia crescido, mas principalmente porque percebeu que essa era uma maneira mais eficaz e estável de garantir a ordem pública, os direitos de propriedade e os contratos, do que a alternativa autoritária” (BRESSER-PEREIRA p. 239).

Portanto, é preciso reconhecer os interesses de classe em jogo quando analisamos processos de democratização. A simples adoção de um modelo institucional que se apresenta como padrão universal pode continuar reproduzindo mecanismos de exclusão social que mantém os regimes em constante instabilidade. Há muitos fatores que precisam ser levados em conta para que um país possa desenvolver sua democracia. O enfoque dos cientistas políticos até Almond e Verba era institucional. Prevalencia a idéia de que a existência de instituições democráticas levaria conseqüentemente ao estabelecimento de uma cultura democrática (INGLEHART; WELZEL, 2009). Fatores culturais não eram desprezados porém não havia sido estabelecida ainda uma metodologia para analisá-los.

Alexis de Tocqueville, em sua obra *A democracia na América*, ressalta a importância das características culturais do povo americano para a compreensão de seu sistema político. Tocqueville percebeu que entre os costumes do povo americano estavam atitudes favoráveis à democracia. Almond e Verba se baseiam nesse trabalho para fazer sua sistematização. Fagundes diz que “é importante reconhecer como a obra de Tocqueville é apropriada por Almond e Verba a ponto de sugerir-lhes a matriz para a constituição de todo um campo de análise mais de cem anos depois” (FAGUNDES, 2008, p. 136).

Jurado explica que

frecuentemente se ha recurrido al criterio del desarrollo económico, destacando la importancia que tiene la situación económica de la sociedad para las instituciones políticas. En otros casos se han privilegiado aspectos que tienen que ver con la religión, la educación, o las comunicaciones, aunque desde hace unas décadas se ha puesto un acento notable en las teorías culturalistas, las cuales destacan la importancia de la cultura política de una sociedad para determinar su forma de gobierno (GARCÍA JURADO, 2006, p. 2).

Sem considerar a dimensão cultural, as explicações se mostraram insuficientes para a situação dos países que estavam sofrendo as transformações do período posterior à Segunda Guerra Mundial, sob influência dos Estados Unidos da América. Isto levou ao surgimento dos enfoques culturalistas como tentativas de se buscar outros elos causais para o estabelecimento de

democracias estáveis. “A cultura política se transformava numa variável central para compreender a vinculação (*link*) entre sistema político e sociedade, entre macroestruturas e instituições e bases micropsicossociais”, diz Miguel Serna (SERNA, 2000, p. 49).

No final do século XX grandes mobilizações populares ocorreram contra regimes autoritários em todo o mundo. Milhões de pessoas saíram às ruas e conquistaram transformações democráticas em seus países. Alguns anos depois, porém, o encanto pela democracia diminuiu. Nos novos sistemas permaneceu ou até acentuou-se a desigualdade social. No poder se instalaram elites e a participação do povo ficou restrita ao direito de voto nas eleições.

José Alvaro Moisés (1992) analisa esse processo e enfatiza a necessidade do desenvolvimento da cultura política para que o apoio da sociedade à democracia se solidifique. Seu enfoque é na necessidade da existência de um consenso normativo que só é possível obter com um longo e penoso processo. Não basta existirem as instituições. Elas precisam representar de fato os diversos interesses existentes. Moisés destaca que estes processos de democratização ocorreram sob direção das elites políticas e conforme os seus interesses. A chamada “democratização” não foi acompanhada imediatamente do desenvolvimento de uma cultura política democrática. O autor lembra do axioma proposto por Robert Dahl: a democratização ocorre quando as elites calculam os custos e percebem que não vale mais a pena manter um regime repressivo. Fazem assim a transição para um regime híbrido que combina repressão e representação. Para Moisés esta tomada de decisão das elites em favor da democracia é fundamental porém é apenas o início do processo de transição que deve levar à adesão de toda a sociedade aos valores democráticos, que incluem “igualdade básica perante a lei, a superioridade desta para dirigir os conflitos societários, a tolerância em face dos que pensam diferente, o direito de dissentir, a necessidade de controlar publicamente a ação dos governantes e assim por diante” (MOISÉS, 1992, p. 10).

Uma das consequências que podem ser identificadas quando não há uma cultura política democrática é a ausência de mecanismos que evitem a confusão entre o público e o privado, ou seja, “a sobrevivência entre importantes parcelas da sociedade de estilos arcaicos de se fazer política, que prosseguem tratando as decisões da ordem pública como se fossem assuntos privados” (MOISÉS, 1992, p. 10-11). Ao invés de “democracia representativa”, temos assim uma “democracia delegativa” onde os governantes após serem eleitos agem de acordo com seus próprios interesses privados, sem que hajam mecanismos de fiscalização efetivos. Para Moisés,

esta é uma semi-democracia pois funciona apenas para alguns atores. Assim, com o tempo o apoio popular às idéias democráticas e a confiança nas instituições vai se perdendo.

3.2 - Socialização Política

Para podermos compreender como se estabelece uma cultura política é necessário analisar o “processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos” (SCHMIDT, 2001, p. 67), que chamamos de socialização política. O trabalho de Herbert Hyman, “Political Socialization”, chamou a atenção para o fato de que esse processo se inicia precocemente, na infância, fato confirmado pela pesquisa de David Easton que analisou como as crianças aprendem acerca da autoridade, especialmente quando se dão conta que há autoridade externa à da família, a qual seus pais precisam se submeter também. As conclusões de Easton dão primazia à socialização infantil. As modificações nas orientações políticas posteriores à infância seriam pequenas. Contrária a essa idéia, Annick Percheron, na França, defendeu que o processo de socialização ocorre ao longo de toda a vida mas há momentos de ruptura quando as atitudes podem mudar mais significativamente. Essa perspectiva de que “a socialização infantil é fundamental e deixa marcas indelévels na personalidade política, mas acontecimentos cotidianos ou traumáticos afetam as atitudes ao longo da vida” (SCHMIDT, 2001, p. 73) foi, então, também desenvolvida nos Estados Unidos e é a que prevalece no Brasil.

No processo de socialização política há elementos intencionais e não-intencionais. Os intencionais são os esforços conscientes para a formação do caráter dos cidadãos, como o sistema educacional, por exemplo. Os não-intencionais são os que não estão programados, ocorrendo muito frequentemente durante a infância, na família. Todo indivíduo é afetado por ambos os aspectos da socialização ao longo de toda a sua vida. No caso da grande mídia ocorre constantemente a transmissão intencional de ideologias que são então naturalizadas por parte da população. Frequentemente vemos posições da grande mídia sendo reproduzidas como verdades por pessoas que acreditam serem imparciais e não-manipuláveis (KELLNER, 2001).

Os diversos regimes de governo, autoritários ou democráticos, costumam realizar esforços de educação cívica. Observou-se que cada experiência dessas teve resultados distintos em termos de cultura política, o que mostra que não é possível transmitir automaticamente valores políticos. João Pedro Schmidt lembra da Teoria da Comunicação que hoje reconhece que as mensagens

enviadas para os indivíduos são recebidas e interpretadas de maneiras surpreendentes. Há a interferência de “uma multiplicidade de fatores absolutamente incontroláveis aprioristicamente” (BOMENY, 1980 apud SCHMIDT, 2001. p. 75). Isso mostra a fundamental importância de se levar em consideração os fatores não-intencionais presentes na socialização política.

No Brasil temos uma geração mais velha de indivíduos que cresceu no período da ditadura militar e uma nova geração que cresceu já na democracia. Com base na teoria da socialização política, pode-se dizer que certamente há diferenças na cultura política da nova geração com relação à mais velha que estudou durante a ditadura, quando os meios de comunicação eram censurados e algumas vezes até usados para dar apoio ao regime. Durante a ditadura militar tornou-se obrigatória em todos os níveis de ensino a disciplina de Educação Moral e Cívica.

Apoiando-se nas tradições nacionais, a Educação Moral e Cívica teria por finalidade: a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) o culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e grandes vultos de sua história; e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país; g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva visando ao bem comum; h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (CUNHA, 2014, p. 369)

Com a redemocratização do Brasil, a educação cívica foi praticamente abandonada. Foi desvalorizada pela sociedade por causa de seu papel de reificação da ideologia conservadora da ditadura. Neste processo houve uma rejeição ao autoritarismo, o que afasta a possibilidade de ruptura. A permanência, porém, dos problemas econômicos durante a década de 1990 e os escândalos de corrupção, combinado com a falta de uma educação cívica, levou à descrença da população com relação às instituições políticas formais, especialmente a democracia representativa. A mídia seguiu sob controle dos mesmos grupos desde os tempos da ditadura, realizando um trabalho de apresentar sua visão de mundo à população.

Há diversas agências de socialização como a família, a escola, a igreja, os locais de trabalho, os partidos, os movimentos sociais, a mídia. Cada uma tem um peso de influência diferente em cada contexto e momento histórico (SCHMIDT, 2001, p. 76). As comunidades virtuais formadas em redes sociais pela Internet certamente se tornaram hoje também uma agência socializadora para a nova geração (BARBOSA, 2014).

A mídia, especialmente com a popularização dos meios eletrônicos, se tornou uma das principais agências de socialização. Alguns a consideram o “quarto poder”, em referência aos poderes executivo, legislativo e judiciário. Porém, sua atuação é “extrainstitucional” (FONSECA, 2011, p. 54). O Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro criou um sítio na Internet chamado Manchetômetro que acompanha a cobertura midiática das eleições de 2014 mostrando com gráficos de barras a quantidade de manchetes favoráveis, contrárias e neutras de cada um dos três principais candidatos à Presidência da República nos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e Estado de S. Paulo, e no Jornal Nacional, da TV Globo. Diversas análises mostram que há significativamente mais notícias negativas a respeito da presidenta Dilma Rousseff, candidata à reeleição. No Brasil algumas famílias controlam grandes redes de mídia como a Globo, dos Marinho, a Bandeirantes, dos Saad e o SBT, dos Abravanel. Além disso, há a Record, comprada por uma grande igreja neopentecostal. Há também redes regionais controladas por famílias, como é o caso da RBS, no sul do país, dos Sirotsky (AZEVEDO, 2006). Douglas Kellner afirma que "numa cultura contemporânea dominada pela mídia, os meios dominantes de informação e entretenimento são uma fonte profunda e muitas vezes não percebida de pedagogia cultural: contribuem para nos ensinar como nos comportar e o que pensar, sentir, em que acreditar, o que temer e desejar - e o que não" (KELLNER, 2001, p.10).

A escola se destaca como agência de socialização na qual o aspecto intencional da transmissão de normas e atitudes é a principal ocupação. Conforme Schmidt, “a atividade de ensino é estritamente a transmissão planejada e sistemática de conhecimentos acerca da sociedade e do mundo” (SCHMIDT, 2001, p. 80). O sistema político, o funcionamento das instituições e formas de participação popular fazem parte do currículo escolar. O movimento estudantil é um espaço onde muitos políticos de destaque no Brasil começaram a militância política. Os aspectos não-intencionais da socialização política na escola, como o ambiente e as relações entre alunos, professores, direção e funcionários, também são de fundamental

importância. Desde os clássicos da Ciência Política a importância da educação para a consolidação democrática é reconhecida.

Nos últimos anos o acesso à escola foi universalizado no Brasil. É preciso, porém, levar em consideração que a escola, além de reproduzir os padrões da sociedade, possui lógicas excludentes próprias. Através de mecanismos, como os métodos tradicionais de avaliação que medem de forma padronizada o desempenho dos alunos, os alunos têm suas trajetórias profissionais definidas. Esses métodos de avaliação beneficiam os alunos que já são privilegiados por terem melhores condições de se dedicar aos estudos enquanto reprova aqueles que estão inseridos em uma realidade social que dificulta essa atividade (DUBET, 2003). Historicamente foram observadas altos índices de reprovação e abandono na escola brasileira, o que levou diversos intelectuais progressistas a pensar em alternativas. Para Jose Clovis de Azevedo o ensino médio “não tem conseguido se efetivar como um espaço de democratização do conhecimento, de fomento à formação cidadã e de preparo para o mundo do trabalho e/ou para a continuação dos estudos” (AZEVEDO, 2013, p. 28). Na busca por mudanças neste cenário visando tornar a escola uma ferramenta para a consolidação da democracia brasileira os governos eleitos após a ditadura militar propuseram mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN. Podemos observar que na LDBEN nº 5692/71, do tempo da ditadura, a educação era vista como preparação de mão-de-obra especializada enquanto que na LDBEN nº 9394/96, do período pós-redemocratização, a educação tem o objetivo de formar cidadãos para a construção democrática do país (FERREIRA, 2013), o que na prática exige profundas mudanças na escola.

Diversas propostas de reestruturação da escola têm sido feitas com inspiração na idéia marxista de formação omnilateral e politecnicidade (SCHERER, 2013). O marxista italiano Antonio Gramsci propõe uma “escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (GRAMSCI, 1982, p. 118) para assim formar trabalhadores que possam disputar a hegemonia contra a classe dominante. Estamos, então, num momento em que na escola brasileira há um conflito entre a escola tradicional, formada conforme as necessidades do capitalismo, e as propostas críticas que priorizam a formação de cidadãos emancipados. Um dos educadores mais importantes para a pedagogia crítica, o brasileiro Paulo Freire, fala desse conflito: “o empresário moderno aceita, estimula e patrocina o treino técnico de seu operário. O que ele necessariamente recusa é a sua

formação que, envolvendo o saber técnico e científico indispensável, fala de sua presença no mundo” (FREIRE, 1996, p. 115). Na concepção freireana, a educação é um ato político e deve incluir intencionalmente a formação moral dos indivíduos para a cidadania.

3.3 - Capital social

Outra idéia que não é nova na Ciência Política é a de que quanto maior a participação dos indivíduos em grupos, maiores os benefícios, tanto para o indivíduo quanto para o coletivo. Durkheim desenvolveu em sua teoria o conceito de solidariedade e a sua transformação da forma mecânica para a forma orgânica, conforme aumenta a divisão social do trabalho. A solidariedade leva à coesão, necessária para o desenvolvimento. Nesse caso, a divisão social do trabalho "cria entre os homens todo um sistema de direitos e deveres que os ligam uns aos outros de maneira duradoura" (DURKHEIM, 1999, p. 429). Por outro lado, se no desenvolvimento de uma sociedade não houver correspondente desenvolvimento da solidariedade o resultado é um estado de anomia, uma situação destrutiva onde não há normas sociais. Na importância dada por Durkheim à solidariedade podemos ver a idéia de capital social que veio a ser sistematizada mais tarde.

Pierre Bourdieu, ao produzir “a primeira análise sistemática contemporânea do capital social” (PORTES, 2000, p. 134), realizou a análise das estratégias de construção de redes sociais, isto é, das formas de investimento em capital social, através da conversibilidade entre os diversos tipos de capital. Conceituou capital social como “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo” (BOURDIEU, 1999, p. 67). Em sua análise é importante destacar uma característica das transações realizadas com este tipo de capital: há maior incerteza nas trocas. A probabilidade de violações das expectativas de reciprocidade é maior, em comparação com outros tipos de capital (PORTES, 2000).

Diz Bourdieu:

“a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e

eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos). E isso graças à alquimia da troca (de palavras, de presentes, de mulheres, etc.) como comunicação que supõe e produz o conhecimento e o reconhecimento mútuos. A troca transforma as coisas trocadas em signos de reconhecimento e, mediante o reconhecimento mútuo e o reconhecimento da inclusão no grupo que ela implica, produz o grupo e determina ao mesmo tempo os seus limites, isto é, os limites além dos quais a troca constitutiva, comércio, comensalidade, casamento, não pode ocorrer (BOURDIEU, 1999, p. 68).

É o pertencimento a grupos que permite, através de trocas, o acúmulo de capital social, além de outros benefícios. Por exemplo, o pertencimento a um clube pode proporcionar vantagens econômicas ou um certo status perante a sociedade. O indivíduo entra para um grupo pois deseja desfrutar desse tipo de benefícios. Assim, ocorre acúmulo de capital social de forma inconsciente pois o interesse da pessoa é nas vantagens obtidas.

A fonte do capital social, explica Alejandro Portes (2000) são os outros. Somente através dos relacionamentos entre o indivíduo e o grupo é que pode ser obtido. À medida que os integrantes de um grupo se relacionam ocorre o estabelecimento de normas coletivas. Os indivíduos se comportam de acordo com as normas que internalizaram para que as relações sociais ocorram com mais facilidade. Portes apresenta como exemplos alguns estudos que buscaram relacionar o capital social com as dificuldades que indivíduos têm com estudos, trabalho, vida familiar e outros fatores. Pela análise do capital social verificamos o quanto os indivíduos estão de acordo com as regras, normas e padrões de um grupo (PORTES, 2000). Os dados empíricos mostram que há uma relação entre o capital social e o fortalecimento das instituições, porém os dados não são conclusivos quanto à direção de causalidade (PRZEWORSKI; CHEIBUB; LIMONGI, 2003).

Marcello Baquero observa casos em que a ausência do Estado fez com que surgissem redes sociais através das quais setores da sociedade se empoderaram e passaram a buscar soluções para os problemas sociais. Ele se refere à organizações da sociedade civil que atuam em áreas como “moradia, saúde, educação, segurança, direitos humanos, desenvolvimento comunitário, empoderamento cidadão, capacitação profissional dos excluídos, meio ambiente” e funcionam como “catalisadoras de capital social” (BAQUERO, 2008, p. 396). Trata-se de ferramentas de mobilização para a ação coletiva. Organizações diversas foram formadas, algumas mais informais outras mais formais, através das quais a população se empoderou para fazer

reivindicações ao poder público, enfrentando os interesses dos grupos que historicamente foram privilegiados pelo sistema político. Baquero explica que “tal comportamento é o resultado não de uma predisposição dos cidadãos em privilegiar a informalidade, a apatia ou a alienação, mas da atual desordem política, econômica, social e cultural que caracteriza a sociedade contemporânea” (BAQUERO, 2003, p. 88).

Um dos pressupostos da democracia é que os diversos atores sociais estejam em condições de igualdade, o que não se encontra na realidade concreta. É com organização, com a obtenção de capital social, que setores desfavorecidos obtêm a capacidade de lutar por seus interesses fazendo pressão sobre os gestores públicos. Em uma sociedade democrática cidadãos empoderados conhecem seus direitos e de que maneira podem agir para reivindicá-los ao poder público. Conhecem o funcionamento do processo político e dele participam. Por isso através da análise do capital social podemos verificar a qualidade da democracia de um país. “A implicação deste processo na conceituação de democracia no país é que amplia sua abrangência para além da igualdade político-jurídica, incorporando a inclusão social dos cidadãos”, diz Baquero (BAQUERO, 2008, p. 399). O interesse na questão do capital social é também importante para que gestores possam implementar melhor as políticas públicas pois é uma ferramenta de análise que complementa a visão econômica. A governança democrática pode melhorar qualitativamente se incorporar em suas avaliações os valores culturais da população. Baquero afirma que “existe evidência empírica que mostra a existência de capital social na promoção de cidadãos ou consumidores mais efetivos da política, na medida em que mostram que a existência de estruturas comunitárias fortes está associada, não só à promoção do desenvolvimento e da participação comunitária, mas também ao apoio a políticas públicas governamentais” (BAQUERO, 2008, p. 398).

O conceito de capital social foi expandido para grupos maiores como cidades e até países. Nesse caso tem sido usado para se medir o “civismo” de um povo. Para Portes este é um instrumento para se analisar o “nível de envolvimento associativo e de comportamento participativo numa comunidade” (PORTES, 2000, p. 149). A participação em redes e associações, isto é, o investimento dos indivíduos em capital social, tende a desenvolver as virtudes cívicas necessárias para a democracia.

A partir da década de 1970 ocorreu na Itália uma reforma de descentralização administrativa. Robert Putnam (1996) pesquisou empiricamente este processo durante mais de 20

anos, analisando e comparando a vida cívica de cada uma das regiões. Após constatar que as regiões do norte em geral tinham melhor desempenho institucional e maior desenvolvimento econômico que as regiões do sul, Putnam buscou entender porque isso ocorria. Contrariando a tese de que o crescimento econômico ocorre diretamente relacionado à um maior investimento, descobriu que as regiões com melhor desempenho institucional não eram as que recebiam mais recursos.

Putnam lembra que nos tempos de Maquiavel já havia a idéia de que o êxito de um estado depende da virtude cívica dos cidadãos porém esta idéia foi dando lugar às teorias liberais que enfatizam o individualismo e os direitos individuais. Para Putnam era necessário retomar a antiga tradição pois o que ele percebeu é que as regiões que estavam tendo melhor desempenho institucional eram aquelas nas quais se desenvolveu uma comunidade cívica. Uma comunidade dessas possui capital social que permite atingir objetivos que não poderiam ser atingidos de outra forma.

Putnam vê o capital social diretamente relacionado à disposição que há em uma comunidade para a cooperação voluntária. Esta cooperação esta baseada na confiança. Não uma confiança cega mas uma confiança baseada na previsibilidade de reciprocidade que é conferida pela rede de relacionamentos. Através de um demorado processo a cultura de uma comunidade incorpora normas informais de comportamento. Se houver confiança entre os indivíduos pode haver o intercâmbio e se isso ocorrer continuamente a confiança aumenta e com o tempo vão se instituindo regras de reciprocidade. Se alguém não cumprir com a reciprocidade esperada, essa pessoa perde a confiança e pode sofrer sanções por parte da comunidade. A confiança, uma das formas de capital social, aumenta com o uso e diminui com o desuso.

Tal relação é facilmente observável em grupos pequenos onde as pessoas são íntimas e as obrigações informais de reciprocidade são específicas entre os indivíduos, mas Putnam fala de uma reciprocidade generalizada, presente em grandes grupos, desenvolvida ao longo da história e incorporada na tradição.

Comunidades cooperativas permitem superar racionalmente dilemas coletivos, o oportunismo e as transgressões. Comunidades com este capital social conseguem resolver de maneira melhor suas divergências do que quando estes são deixados para serem decididos por um terceiro ente, um Leviatã hobbesiano. Quando a decisão vem de fora, de um juiz que se diz ser imparcial, há uma relação de poder que é vertical. Putnam (1996) defende que as comunidades

em que há mais interações horizontais, como em clubes, cooperativas e associações comunitárias, possuem uma democracia superior. Esta cultura participativa leva à existência de sistemas de participação cívica. O povo participa das instituições, o que lhes confere melhor qualidade de funcionamento. Putnam não nega a importância do estabelecimento de instituições formais em culturas que não possuem esse civismo. Ele reconhece que para povos cuja cultura é baseada em relações verticais é melhor exista o Leviatã hobbesiano do que ele não existir. O que ele demonstra, comparativamente, é que os povos mais cooperativos tendem a se desenvolver mais.

Com base na teoria de Putnam podemos dizer que uma comunidade cívica possui as seguintes características:

- Há participação popular, principalmente para a busca do bem comum.
- Há igualdade política, isto é, todos tem iguais direitos e deveres. As relações horizontais, de cooperação, são fundamentais.
- Há solidariedade, confiança e tolerância entre os cidadãos.
- Há estruturas sociais de cooperação, retomando aqui a ênfase de Tocqueville nas associações.

Putnam observou que comunidades com esse tipo de cultura tendem a se desenvolver mais inclusive economicamente. A importância desta abordagem é tal que pode ser usada como ferramenta para combate à pobreza, à violência e para o fortalecimento da democracia em países diversos. Porém, trata-se de um processo lento de transformação cultural. Para compreender as diferenças entre as regiões da Itália por ele pesquisadas foi necessário levar em conta as diferenças em séculos de história. Assim, como a cultura cooperativa tende a crescer quanto mais relações de confiança ocorrem, uma cultura que não se caracteriza pela cooperação tende a reproduzir este comportamento pois as pessoas agem geralmente conforme as normas sociais das sociedades nas quais vivem. Putnam lembra que é necessário levar em consideração a trajetória de uma cultura. O grande desafio que o trabalho de Putnam deixa para quem está engajado no avanço da democracia pelo incremento do capital social, é encontrar maneiras para incentivar os valores cívicos de cooperação levando em consideração as limitações e potencialidades de cada cultura.

4 – O capital social brasileiro: análise de dados do World Values Survey

Para analisar a cultura política brasileira no período dos governos do PT foi usado o banco de dados do World Values Survey, com dados de pesquisas realizadas em 2006 e 2014, ou seja, no último ano do primeiro governo Lula e no último ano do primeiro governo Dilma. Variáveis dependentes relacionadas ao capital social, como questões que envolvem a confiança em vários níveis, foram relacionadas a variáveis independentes que delimitam a juventude e a influência da escola, isto é, faixa de idade e escolaridade.

Conforme Schmidt, "a escolaridade ou grau de instrução é a variável mais destacada na literatura sobre socialização política" (SCHMIDT, p. 99) e por isso ela recebe destaque neste trabalho. Para destacar o impacto do ensino médio a variável escolaridade diferencia os entrevistados que não concluíram este nível de ensino daqueles que o concluíram.

As faixas de idade definidas para este trabalho foram “18 a 29 anos”, “30 a 45 anos” e “mais de 45 anos”. Assim, para cada ano, pode-se analisar três categorias de entrevistados:

Em 2006 as faixas de idade foram constituídas por

- nascidos antes de 1961 (mais de 45 anos), ou seja, que nasceram antes do golpe, sendo que grande parte deve ter vivenciado a juventude no período democrático interrompido pelos militares.
- nascidos entre 1961 e 1976 (30 a 45 anos), ou seja, cresceram durante o regime militar
- nascidos entre 1977 e 1988 (18 a 29 anos), ou seja, parte nasceu e cresceu durante a ditadura e parte nasceu já no período final do processo de redemocratização

Em 2014 as faixas de idade foram constituídas por

- nascidos antes de 1969 (mais de 45 anos) ou seja, inclui entrevistados que vivenciaram o período democrático anterior ao golpe
- nascidos entre 1969 e 1984 (30 a 45 anos), ou seja, que nasceram ainda no período da ditadura militar
- nascidos entre 1985 e 1996 (18 a 29 anos), ou seja, que cresceram já no período democrático

A confiança é uma das formas do capital social, segundo Putnam (1996, p. 179). Conforme este autor observou, este tipo de capital aumenta com o uso. A confiança nas pessoas

não significa uma ação cega, ingênua, mas uma ação racional. “A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente”, diz Putnam (p. 180).

Busca-se identificar, nas amostras do World Values Survey, as relações entre escolaridade, faixa de idade e o capital social. As variáveis analisadas neste trabalho se referem à confiança interpessoal (família, vizinhança e desconhecidos), à confiança nas instituições (no caso, a variável “confiança no governo” é analisada), ao apoio à democracia (pela questão que pergunta a opinião a respeito de um governo militar) e a cooperação voluntária (pela disposição de participar de protestos pacíficos).

4.1 Análises por escolaridade

Confiança na família, por escolaridade

Começamos analisando o nível mais fundamental da confiança: a família. Para Putnam (1996), “os laços de parentesco desempenham um papel especial na solução dos dilemas da ação coletiva” (p. 184). Outros vínculos são comparáveis, em certos aspectos, diz o autor, mas “a família é mais universal” (p. 184).

A fim de avaliar o quanto os entrevistados confiam em suas próprias famílias, agregou-se os dados dos entrevistados que responderam “confia um pouco” e “confia completamente”, que podem ser vistos na Tabela 1.

Tabela 1¹ – Confiança na família, por escolaridade %
Somatório das categorias “confia totalmente” e “confia em parte”

Escolaridade	2006	2014
Até primeiro grau completo	92,3	90,6
Segundo grau incompleto	94	93,2
Segundo grau completo	94,7	94,7
Superior incompleto ou completo	98,7	97,2

2006 n = 1489, p < 0,05

2014 n = 1474, p < 0,05

Fonte: World Values Survey

¹ A pergunta no questionário era: *Gostaria de perguntar em que medida o(a) Sr(a) confia nos seguintes grupos. O(A) Sr(a) poderia me dizer se confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nas pessoas dos grupos abaixo*
Sua família

Observamos na Tabela 1 que tanto em 2006 quanto em 2014 quanto maior o grau de escolaridade dos entrevistados, maior a porcentagem de confiança na família. Outra coisa a ser observada é a diminuição do percentual de entrevistados que confiam em suas famílias de 2006 para 2014, em todas as faixas de escolaridade usadas neste trabalho, com exceção dos que possuem o ensino médio completo. Há uma variação positiva em ambos os *surveys* entre quem possui nível médio incompleto e quem completou este nível. Em 2006 a confiança na família desta parcela dos entrevistados variou de 94% para 94,7%, de acordo com o fator conclusão do ensino médio, e em 2014 variou de 93,2% para 94,7%.

Confiança nos vizinhos, por escolaridade

Ampliando um pouco a análise da rede de relacionamentos dos cidadãos, passamos a analisar a confiança nos vizinhos. Para isto, a Tabela 2 foi montada com o percentual de respostas “tem alguma confiança” e “confia plenamente”.

Tabela 2² - Confiança nos vizinhos, por escolaridade %
Somatório das categorias “confia totalmente” e “confia em parte”

Escolaridade	2006	2014 *
Até primeiro grau completo	56,1	55,3
Segundo grau incompleto	48,7	48,6
Segundo grau completo	51,6	52,6
Superior incompleto ou completo	62,2	58,3

2006 n = 1490, p < 0,05

2014 n = 1469, * dados não significativos

Fonte: World Values Survey

Com relação aos dados referentes à confiança na vizinhança pode-se observar algo que ocorre nos dois *surveys*. Dos entrevistados cujo grau de instrução máxima é o nível fundamental completo uma porcentagem maior confia em sua vizinhança do que aqueles que possuem nível médio incompleto ou completo. Os maiores índices de confiança na vizinhança estão entre aqueles que chegaram ao nível superior. Assim como ocorreu com relação aos dados da confiança na família, vemos uma variação positiva entre aqueles que não concluíram o ensino

2 A pergunta no questionário era: *Gostaria de perguntar em que medida o(a) Sr(a) confia nos seguintes grupos. O(A) Sr(a) poderia me dizer se confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nas pessoas dos grupos abaixo*
Seus vizinhos

médio e aqueles que o concluíram. Pode-se observar estas relações tanto em 2006 quanto em 2014. Das categorias analisadas apenas a dos indivíduos com ensino médio completo não mostrou queda no índice de confiança na vizinhança de 2006 para 2014.

Confiança na maioria das pessoas, por escolaridade

Passamos a analisar a confiança que os entrevistados têm em pessoas desconhecidas. Esta confiança depende da cultura do povo. Um cidadão confia em outro, mesmo sendo um desconhecido, se há neste povo uma tradição de reciprocidade que foi desenvolvida ao longo da história. São os laços sociais que garantem que haja a cooperação. Os indivíduos ao confiarem uns nos outros percebem os benefícios desta atitude para ambos e assim esta forma de capital social, a confiança, tende a aumentar. Caso contrário, se um povo tem uma tradição onde não há confiança entre as pessoas, esta característica tende a se reproduzir, como explica Putnam (1996).

Nos *surveys* do World Values Survey aqui analisadas há uma questão que pergunta se pode-se confiar na maioria das pessoas. As respostas consideradas são “pode confiar na maioria das pessoas” e “é preciso ter muito cuidado”. A Tabela 3 mostra o percentual de entrevistados que deu a primeira resposta.

Tabela 3³ – Pode-se confiar na maioria das pessoas, por escolaridade %
Responderam “pode confiar na maioria das pessoas”

Escolaridade	2006	2014
Até primeiro grau completo	9,4	5,3
Segundo grau incompleto	2,6	7,8
Segundo grau completo	8,2	6
Superior incompleto ou completo	14,7	13,3

2006 n = 1472, p < 0,01
2014 n = 1467, p < 0,01
Fonte: World Values Survey

Os dados de 2006 mostram que havia maior confiança deste tipo entre os entrevistados que não chegaram ao ensino médio, em relação à quem chegou neste nível. Em 2014 esta diferença não persiste pois tanto aqueles que tem o ensino médio incompleto quanto aqueles que

³ A pergunta no questionário era: *De modo geral, o(a) Sr(a). diria que pode confiar na maioria das pessoas ou precisa ser muito cuidadoso com elas?*

completaram este nível tem índices superiores aos que no máximo completaram o nível fundamental.

Nos dados de 2006 vemos que aqueles que possuem grau de instrução até o ensino fundamental completo, 9,4% responderam que é possível confiar na maioria das pessoas. Com relação aos que cursaram o ensino médio vemos uma diferença entre os que não completaram este nível e os que o completaram. Há um aumento de 2,6% para 8,2% na quantidade de pessoas que deram esta mesma resposta. Na parcela que chegou ao nível superior esta a maior proporção de pessoas que tem essa confiança, 14,7%.

O *survey* de 2014 mostra resultado diferente. De todos os níveis de escolaridade analisados, é entre aqueles que não chegaram ao nível médio que há o menor índice de confiança na maioria das pessoas, 5,3%. A variação no nível médio, entre aqueles que não o concluíram e os que o concluíram, foi negativa. Cai de 7,8% (nível médio incompleto) para 6% (nível médio completo) o percentual de entrevistados que afirmaram confiar na maior parte das pessoas. Com exceção do segmento que possui nível médio incompleto, percebe-se que houve diminuição dos índices desse tipo de confiança de 2006 para 2014.

Desconfiança interpessoal, por escolaridade

Uma outra variável deste *survey* que é relacionada à confiança nas pessoas em geral é aquela na qual se pergunta se o entrevistado acha que a maior parte das pessoas tenta se aproveitar dele. É uma variável que mede, portanto, a falta de confiança nas pessoas. As respostas foram dadas em uma escala de 10 pontos, onde 1 corresponde a “tiraria vantagem” e 10 corresponde ao contrário. A tabela 4 mostra o percentual de entrevistados que deram as respostas de 1 a 4 na escala, isto é, que acreditam que “a maioria tiraria vantagem”.

Tabela 4⁴ – Outros querem tirar vantagem sobre o entrevistado, por escolaridade %

Somatório de respostas 1 a 4

Escolaridade	2006	2014
Até primeiro grau completo	45,1	48
Segundo grau incompleto	46	43,4
Segundo grau completo	40,3	42,4
Superior incompleto ou completo	37,3	40,6

2006 n = 1482, p < 0,01

2014 n = 1457, p < 0,05

Fonte: World Values Survey

Tanto em 2006 quanto em 2014 observa-se que estes índices de desconfiança são menores quanto mais elevada for a escolaridade, com exceção apenas da variação observada em 2006 entre os entrevistados que não completaram o nível médio e os que o completaram. Entre os dados das duas pesquisas nota-se aumento da desconfiança na maior parte das categorias, com exceção da categoria dos entrevistados com nível médio incompleto.

Confiança nas instituições, por escolaridade

Conforme discutido no quadro teórico, a existência de instituições formais em uma democracia não garante que haja uma cultura política democrática. É fundamental, para que ocorra o acúmulo de capital social em um povo, que haja confiança nas instituições. Para medir essa forma de capital social (PUTNAM, 1996) foi escolhida a questão que pergunta a respeito da confiança do entrevistado no governo (Tabela 5).

4 A pergunta no questionário era: *O(A) Sr(a) acha que a maioria das pessoas tentariam levar vantagem sobre o(a) Sr(a) se tivessem uma chance ou tentariam ser justas? Mostre sua resposta baseada no cartão, em que 1 significa “as pessoas tentariam levar vantagem sobre o(a) Sr(a)” e 10 significa que “as pessoas tentariam ser justas”*

Tabela 5⁵ – Confiança no governo, por escolaridade %
Somatório das categorias “confia totalmente” e “confia em parte”

Escolaridade	2006 *	2014 **
Até primeiro grau completo	47,1	42,6
Segundo grau incompleto	47	36,4
Segundo grau completo	45,4	40
Superior incompleto ou completo	44,4	43,4

2006 n = 1480, * dados não significativos

2014 n = 1465, ** dados não significativos

Fonte: World Values Survey

Nos dados de 2006 pode-se observar que quanto maior o grau de instrução do entrevistado, menor o índice de confiança no governo. Esta diferença não se observa nos dados de 2014. Conforme a Tabela 5, em 2014 a categoria com maior índice de confiança no governo é a dos entrevistados que chegaram ao nível superior de ensino. Já em 2006 esta categoria de escolaridade tinha o menor índice. Todas as categorias apresentaram em 2014 índices menores de confiança no governo do que em 2006.

Apoio à democracia, por escolaridade

Algumas questões no survey do World Values Survey perguntam a opinião do entrevistado a respeito de formas de governar seu país. A Tabela 6 mostra o somatório das porcentagens de pessoas que responderam que consideram que seria “bom” ou “ótimo” ter um regime militar no Brasil.

⁵ A pergunta no questionário era: *Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações? Governo Federal*

Tabela 6⁶ – O que pensa sobre um regime militar no governo do Brasil, por escolaridade %
Somatório das categorias “ótimo” e “bom”

Escolaridade	2006	2014
Até primeiro grau completo	39,7	39,2
Segundo grau incompleto	42,9	38,4
Segundo grau completo	35,2	35,2
Superior incompleto ou completo	17,6	21,9

2006 n = 1431, p < 0,01

2014 n = 1362, p < 0,01

Fonte: World Values Survey

É possível observar nas respostas, tanto de 2006 quanto de 2014, que a categoria que mais rejeita a idéia de um governo militar para o Brasil é a dos que chegaram ao nível superior. Em 2006, esta categoria tinha uma quantidade de respostas favoráveis a um regime militar inferior à metade da quantidade de respostas favoráveis da categoria de entrevistados que possui no máximo o nível fundamental de ensino. Em 2014 essa diferença diminuiu um pouco.

Comparando os índices de cada categoria por ano observa-se que houve redução no apoio a um regime militar nas categorias “até primeiro grau completo” e “segundo grau incompleto”. A categoria “segundo grau completo” manteve-se estável. No entanto se destaca nessa comparação o aumento da avaliação positiva de um regime militar entre os entrevistados que chegaram ao nível superior, um aumento de 4,3 pontos percentuais.

Participação, por escolaridade

O desempenho institucional depende da participação dos cidadãos. Quanto mais participação popular houver, na fiscalização das instituições ou até participando dos espaços de discussão, melhor as políticas públicas serão geridas. A participação dos cidadãos na política é um importante indicador do capital social. A Tabela 7 mostra quantos entrevistados responderam que já participaram ou poderiam vir a participar de manifestações pacíficas.

6 A pergunta no questionário era: *Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Ter um governo militar.*

Tabela 7⁷ – Participação em manifestações pacíficas, por escolaridade %

Respostas “já fez” e “poderia vir a fazer”

Escolaridade	2006	2014
Até primeiro grau completo	46,8	41,1
Segundo grau incompleto	57	59,7
Segundo grau completo	67,6	57,4
Superior incompleto ou completo	78,6	75,9

2006 n = 1479, p < 0,01

2014 n = 1440, p < 0,01

Fonte: World Values Survey

Nos dados coletados em 2006 é possível observar que quanto maior o grau de instrução, maior o percentual de entrevistados que se posicionaram favoráveis à participação em manifestações pacíficas. Há uma grande diferença de posicionamento quanto a essa questão entre cada categoria. Menos da metade dos entrevistados que possuem no máximo o nível fundamental responderam que participaram ou que participariam de um protesto pacífico enquanto que a grande maioria, 78,6%, dos consultados que chegaram ao nível superior deram esta resposta.

Já entre os entrevistados em 2014 observa-se que o percentual de respostas favoráveis à participação em manifestações é maior entre aqueles que não concluíram o nível médio em relação àqueles que concluíram este nível. Houve redução, em relação à pesquisa anterior, na proporção de entrevistados que participaram ou participariam de protestos pacíficos, com exceção da categoria de nível médio incompleto.

A importante diferença que observamos ao comparar as categorias indicam que há influência da escolaridade, especialmente do nível superior, nesta questão da participação em protestos. Mais de $\frac{3}{4}$ dos entrevistados que chegaram ao nível superior demonstraram disposição de participar em protestos, tanto em 2006 quanto em 2014. Entre os entrevistados que têm até primeiro grau completo menos da metade manifestou essa mesma opinião.

Considerações a respeito da variável escolaridade

Nas análises pode-se observar o impacto da variável independente escolaridade sobre as variáveis dependentes escolhidas para medir o capital social. Com relação à confiança no

⁷ A pergunta no questionário era: *Agora, gostaria que o(a) Sr.(a) olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca: Participar de manifestações pacíficas*

governo (Tabela 5) os dados para ambos os anos não apresentam significância estatística, o que não permite a generalização de conclusões.

Se destaca a relevância da categoria ensino superior, em comparação com as demais categorias. Os entrevistados que chegaram a este nível de ensino apresentam maior confiança na família, nos vizinhos e na maioria das pessoas. Também a desconfiança nas pessoas é menor. É a categoria que apresentou maior apoio à democracia e maior disposição de participar de manifestações pacíficas. Nesse sentido, verifica-se que o estudo no nível superior contribui para o desenvolvimento de atitudes cívicas na população brasileira, o que mostra a importância do investimento do governo federal na ampliação do acesso ao nível superior para os cidadãos.

Com relação ao nível médio, observa-se os seguintes impactos do fator “conclusão do ensino médio” em comparação com a categoria “até primeiro grau completo”:

- aumento da confiança na família em ambos os anos
- redução da confiança nos vizinhos em ambos os anos (dados de 2014 sem significância estatística)
- com relação à confiança na maioria das pessoas observa-se queda em 2006, mas aumento em 2014
- a variável usada para medir a desconfiança nas pessoas em geral cai em ambos os anos
- a opinião de que um regime militar seria benéfico cai em ambos os anos
- aumento da disposição de participar de protestos pacíficos

Para encontrar mais indícios de impactos do ensino médio no capital social brasileiro foram também realizadas comparações entre a categoria dos entrevistados que não concluíram este nível de ensino e os que o concluíram. Os impactos observados foram:

- aumento da confiança na família em ambos os anos
- aumento da confiança nos vizinhos em ambos os anos (dados de 2014 sem significância estatística)
- aumento da confiança na maioria das pessoas em 2006 e queda em 2014
- a variável usada para medir a desconfiança nas pessoas em geral cai em ambos os anos
- a opinião de que um regime militar seria benéfico cai em ambos os anos

- aumento da disposição de participar de protestos pacíficos em 2006, mas queda em 2014

Portanto, pode-se dizer que o ensino médio também têm impacto no desenvolvimento da cidadania, contribuindo de forma positiva para o capital social na maior parte das variáveis aqui analisadas.

4.2 Análises por faixa de idade

Confiança na família, por faixa de idade

A família é a primeira agência de socialização política dos indivíduos. Antes de aprender que há regras sociais que permitem a vida em sociedade, as crianças conhecem apenas o funcionamento de seu ambiente doméstico. A medida em que vai se tornando adulta, outras agências socializadoras passam a ter um papel maior na vida da pessoa, alterando a sua configuração de fontes geradoras de capital social (SCHMIDT, 2001). Sendo assim, a Tabela 7 foi construída para a análise de possíveis mudanças na variável "confiança na família", um dos tipos de capital social fundamentais (PUTNAM, 1996).

Tabela 8⁸ – Confiança na família, por faixa de idade %
Somatório das categorias “confia totalmente” e “confia em parte”

Faixa de idade	2006 *	2014 *
18 a 29 anos	93,5	94,9
30 a 45 anos	94,2	93,6
Mais de 45 anos	94,2	91,9

2006 n = 1495, * dados não significativos

2014 n = 1481, * dados não significativos

Fonte: World Values Survey

Os dados coletados pelo World Values Survey para esta questão mostram pouca variação de um ano para outro e na comparação entre as faixas de idade. A maior variação, 3 pontos percentuais, observa-se na comparação entre "18 a 29 anos" e "mais de 45 anos" na pesquisa de 2014.

8A pergunta no questionário era: *Gostaria de perguntar em que medida o(a) Sr(a) confia nos seguintes grupos. O(A) Sr(a) poderia me dizer se confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nas pessoas dos grupos abaixo*
Sua família

Confiança nos vizinhos, por faixa de idade

Através da convivência com pessoas próximas, de seu convívio no cotidiano, vão se estabelecendo normas informais de comportamento que podem levar ao desenvolvimento de relações consolidadas de confiança ou, caso expectativas de reciprocidade sejam frustradas, à uma comunidade marcada pelo oportunismo. Na Tabela 9 a variável confiança na vizinhança esta cruzada por faixa de idade dos entrevistados.

Tabela 9⁹ – Confiança nos vizinhos, por faixa de idade %
Somatório das categorias “confia totalmente” e “confia em parte”

Faixa de idade	2006	2014
18 a 29 anos	45,9	43,6
30 a 45 anos	54,8	52
Mais de 45 anos	64,1	63

2006 n = 1496, p < 0,01

2014 n = 1476, p < 0,01

Fonte: World Values Survey

Nas duas ondas, 2006 e 2014, observa-se que as quanto mais velha a faixa de idade, maior a proporção de entrevistados que responderam confiar em seus vizinhos. De 2006 para 2014 nota-se diminuição nos índices de confiança nos vizinhos em todas as faixas de idade.

Confiança na maioria das pessoas, por faixa de idade

Quanto mais a pessoa envelhece, mais vai aumentando o número relações sociais que já teve em sua vida. Conforme a teoria de Putnam (1996), a confiança é uma forma de capital que aumenta com o uso e diminui com o desuso. A Tabela 10 mostra o percentual de entrevistados que responderam que se pode confiar na maioria das pessoas por faixa de idade.

9 A pergunta no questionário era: *Gostaria de perguntar em que medida o(a) Sr(a) confia nos seguintes grupos. O(A) Sr(a) poderia me dizer se confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nas pessoas dos grupos abaixo*
Seus vizinhos

Tabela 10¹⁰ – Pode-se confiar na maioria das pessoas, por faixa de idade %
 Responderam “pode confiar na maioria das pessoas”

Faixa de idade	2006 *	2014
18 a 29 anos	7,7	10,1
30 a 45 anos	8,6	5,1
Mais de 45 anos	11,2	6,7

2006 n = 1477

2014 n = 1475, p < 0,05

* dados não significativos

Fonte: World Values Survey

Nesta tabela, no ano de 2006, observa-se que quanto mais velha a faixa de idade, maior a proporção de respostas positivas. A categoria de entrevistados com mais de 45 anos é a que possui maior proporção de pessoas que responderam que pode-se confiar na maioria das pessoas.

Já nos dados para o ano de 2014 estas diferenças de confiança com relação à faixa de idade não se repetem. A categoria que teve maior percentual de entrevistados respondendo que pode-se confiar na maioria das pessoas é a mais jovem, de 18 a 29 anos.

Desconfiança interpessoal, por faixa de idade

A Tabela 11 mostra os percentuais de entrevistados que indicaram maior desconfiança nas pessoas em geral. Para responder se acredita que a maioria das pessoas tentaria tirar vantagem sobre ele, o entrevistado deveria marcar uma escala de 1 a 10 sendo que 1 corresponde a “as pessoas tentariam levar vantagem sobre mim se pudessem” e 10 corresponde a “as pessoas tentariam ser justas”. Na tabela estão os somatórios dos percentuais de respostas 1 a 4.

10 A pergunta no questionário era: *De modo geral, o(a) Sr(a). diria que pode confiar na maioria das pessoas ou precisa ser muito cuidadoso com elas?*

Tabela 11¹¹ – Outros querem tirar vantagem sobre o entrevistado, por faixa de idade %
Somatório de respostas 1 a 4

Faixa de idade	2006	2014
18 a 29 anos	37,8	42
30 a 45 anos	45,8	42,8
Mais de 45 anos	44,4	47,8

2006 n = 1488, p < 0,01
2014 n = 1462, p < 0,01
Fonte: World Values Survey

Em ambas as ondas do WVS este percentual de desconfiança foi menor na categoria mais jovem, 18 a 29 anos. Comparando-se as categorias ano a ano nota-se que essa desconfiança aumentou nas faixas “18 a 29 anos” e “mais de 45 anos” mas diminuiu na faixa “30 a 45 anos”.

Confiança nas instituições, por faixa de idade

Putnam (1996) ao realizar sua pesquisa comparativa nas regiões da Itália concluiu que o desempenho institucional esta relacionado à confiança, uma forma fundamental de capital social. A variável do WVS escolhida para analisar a confiança nas instituições é a confiança no governo. A Tabela 12 mostra os dados dos percentuais do somatório das respostas “confia totalmente” e “confia em parte”, por faixa de idade.

Tabela 12¹² – Confiança no governo, por faixa de idade %
Somatório das categorias “confia totalmente” e “confia em parte”

Faixa de idade	2006 *	2014
18 a 29 anos	44,5	34
30 a 45 anos	45,6	41,2
Mais de 45 anos	48,7	46,1

2006 n = 1486
2014 n = 1472, p < 0,01
* dados não significativos
Fonte: World Values Survey

11 A pergunta no questionário era: *O(A) Sr(a) acha que a maioria das pessoas tentariam levar vantagem sobre o(a) Sr(a) se tivessem uma chance ou tentariam ser justas? Mostre sua resposta baseada no cartão, em que 1 significa “as pessoas tentariam levar vantagem sobre o(a) Sr(a)” e 10 significa que “as pessoas tentariam ser justas”*

12 A pergunta no questionário era: *Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações? Governo Federal*

Nas duas pesquisas do WVS, em 2006 e 2014, observa-se que quanto maior a faixa de idade, maior a proporção de entrevistados que afirmam confiar no governo. Em 2006 a variação entre as faixas de idade foi pequena, apenas 4,2 pontos percentuais entre a faixa que menos confiava (os mais jovens) e a que mais confiava (os mais velhos). Já em 2014 a diferença entre essas faixas passou para 12,1 pontos percentuais. Houve queda na confiança no governo em todas as faixas, sendo que a maior foi na faixa “18 a 29 anos” que teve queda de 10,5 pontos percentuais. Na faixa dos mais velhos houve queda na confiança no governo de apenas 2,6 pontos percentuais.

Apoio à democracia, por faixa de idade

O Brasil foi governado por uma ditadura militar a partir do golpe de 1964 que destituiu o presidente democraticamente eleito João Goulart. Após um processo de redemocratização marcado pelas grandes manifestações do movimento “Diretas Já” (BERTONCELO, 2009), só houve novamente eleições para a Presidência da República em 1989.

A tabela 13 mostra para cada uma dessas categorias o somatório da proporção de entrevistados que responderam considerar que seria bom e que responderam considerar que seria ótimo para o Brasil ser governado por um regime militar.

Tabela 13¹³ – O que pensa sobre um regime militar no governo do Brasil, por faixa de idade %
Somatório das categorias “ótimo” e “bom”

Faixa de idade	2006 *	2014
18 a 29 anos	38,7	30,6
30 a 45 anos	33,8	32,5
Mais de 45 anos	33,7	39,3

2006 n = 1437, * dados não significativos

2014 n = 1369, p < 0,05

Fonte: World Values Survey

Os dados de 2006 mostram que a faixa de idade com maior proporção de entrevistados que responderam que seria benéfico um regime militar foi a dos mais jovens, os que menos vivenciaram os anos mais duros da ditadura e acompanharam a redemocratização em sua

¹³ A pergunta no questionário era: *Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Ter um governo militar.*

juventude. Já dos entrevistados em 2014 a faixa de idade que mais respondeu que seria benéfico um regime militar foi a dos mais velhos, que inclui pessoas que vivenciaram o período anterior à ditadura militar.

Participação, por idade

Na história recente do Brasil a juventude teve importante papel no processo de redemocratização. Do Movimento Estudantil, que se manteve na resistência à ditadura militar, surgiram diversos líderes políticos da atualidade. Em outros países a juventude também teve destacada participação em movimentos importantes como a oposição à Guerra no Vietnã, o Maio de 68 na França, a Primavera de Praga e os protestos da Praça da Paz Celestial em Pequim.

Para analisar a disposição do jovem brasileiro nas pesquisas de 2006 e 2014 do WWSA usamos a questão que pergunta se o entrevistado já participou, participaria ou não participaria de manifestações pacíficas. Na Tabela 14 vemos os percentuais dos somatório das pessoas que responderam que já participaram e das que participariam.

Tabela 14¹⁴ – Participação em manifestações pacíficas, por faixa de idade %
Somatório das respostas “já fez” e “poderia vir a fazer”

Faixa de idade	2006	2014
18 a 29 anos	61,1	67,4
30 a 45 anos	60,4	55,7
Mais de 45 anos	53,3	43,6

2006 n = 1485, p < 0,05

2014 n = 1445, p < 0,01

Fonte: World Values Survey

Os dados de ambos os *surveys* confirmam o que é de senso comum: a faixa de idade dos mais jovens tem uma proporção maior de indivíduos que já participaram ou que participariam de protestos pacíficos. Nos dados do survey de 2006 observa-se pouca diferença entre a faixa “18 a 29 anos” e a faixa “30 a 45 anos”, menos de 1 ponto percentual. Nos dados daquele ano a diferença que mais se destaca é entre estas duas categorias e a categoria dos entrevistados com mais de 45 anos.

¹⁴ A pergunta no questionário era: *Agora, gostaria que o(a) Sr.(a) olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca: Participar de manifestações pacíficas*

Em 2014 pode-se ver uma diferença maior entre cada faixa de idade. Na faixa de 18 a 29 anos a disposição de participar de protestos aumentou enquanto que nas demais faixas de idade diminuiu.

Considerações a respeito da variável faixa de idade

Os dados do cruzamento variável confiança na família com as faixas de idade (Tabela 8) não apresentam significância estatística. Portanto, não se pode generalizar conclusões. A partir das demais tabelas os seguintes impactos foram observados:

- quanto mais velha a faixa de idade, maior a confiança nos vizinhos
- em 2014 a categoria de entrevistados que mais tem confiança na maioria das pessoas são os mais jovens (os dados de 2006 não apresentam significância estatística)
- a faixa de idade com maior proporção de entrevistados que desconfiam que os outros iriam querer tirar vantagem sobre eles é a dos mais velhos, em ambos os anos
- a confiança no governo é maior quanto mais velha for a faixa de idade, conforme os dados de 2014 (os dados de 2006 não apresentam significância estatística)
- quanto mais velha a faixa de idade, maior a opinião de que seria benéfico um regime militar no Brasil, conforme os dados de 2014 (os dados de 2006 não apresentam significância estatística)
- quanto mais velha a faixa de idade, menor a proporção de entrevistados que já participaram ou que poderiam vir a participar de protestos pacíficos

Analisando estes dados percebe-se que quanto mais velha a faixa de idade, maior a confiança em pessoas próximas (vizinhos) ao mesmo tempo em que diminui a confiança em estranhos (o que inclui os gestores do poder público). A maior adesão a um regime militar e menor disposição de participar de protestos provavelmente se deve à ideologia conservadora herdada dos tempos da ditadura militar.

5 – Conclusões

Os cruzamentos das variáveis dependentes escolhidas, que representam capital social, com as variáveis independentes “escolaridade” e “faixa de idade”, permitiram a realização de comparações entre os dados de categorias diferentes em um mesmo ano e de uma mesma categoria em anos diferentes. Buscamos assim, através das comparações, encontrar indícios de fatores que influenciam no acúmulo ou não de capital social no Brasil.

O objetivo deste trabalho foi encontrar o impacto que as variáveis “escolaridade” e “faixa de idade” tem no capital social brasileiro e analisar as mudanças neste capital nos últimos anos através da identificação de variações nos dados coletados nos *surveys* de 2006 e de 2014 do WVS. As comparações entre os dois anos tiveram a intenção de verificar se há indícios de que houve aumento do capital social, levando em consideração a melhoria da situação socioeconômica do país.

Conforme a teoria de Putnam (1996), a confiança é uma forma de capital social que aumenta pelo uso e diminui pelo desuso. Grande parte das categorias mostra queda na confiança entre 2006 e 2014. As exceções com significância estatística foram o aumento da confiança nos vizinhos na categoria “segundo grau completo” e o aumento da confiança na maioria das pessoas na categoria “segundo grau incompleto”. A medida de desconfiança nas outras pessoas diminuiu nas categorias segundo grau incompleto” e “30 a 45 anos”. Além da queda observada nas variáveis de confiança nas pessoas, é importante notar que a confiança no governo diminuiu em todas as categorias. Na questão da participação em protestos, apenas entre os entrevistados que possuem segundo grau incompleto e entre os mais jovens se observa aumento na disposição de participar.

Portanto, a análise realizada demonstrou preocupantes quedas nas variáveis que indicam o capital social brasileiro. Ao contrário da hipótese de que a melhoria na situação socioeconômica do Brasil nos governos Lula e Dilma levaria ao aumento do capital social, constatou-se que houveram quedas importantes nas variáveis dependentes observadas. Os dados analisados mostram que a idade e a escolaridade são fatores que influenciam na acumulação ou não do capital social no Brasil.

O recorte por faixas de idade revela diferenças nas atitudes cívicas entre as gerações que compõe a sociedade brasileira. A melhor avaliação de um regime militar com menor disposição

em participar de protestos entre os mais velhos, por exemplo, mostram atitudes mais conservadoras em uma geração que passou pela ditadura militar.

As instituições escolares, incluindo as de nível superior, são agências de socialização de fundamental importância para a formação de atitudes dos indivíduos. Na análise empírica verificou-se que, em geral, os entrevistados que possuem maior grau de instrução têm também maior probabilidade de terem atitudes cívicas. Apesar de algumas exceções, os dados mostram que quanto maior a escolaridade maior a confiança nas pessoas, maior o apoio à democracia e maior a disposição de participar em manifestações.

Como uma das mais importantes agências socializadoras, a escola tem papel importante para reverter a tendência de queda no capital social observada na comparação histórica. O sistema educacional deve servir para a formação integral dos alunos, preparando-os para uma vida de exercício pleno da cidadania. Apesar das reformas curriculares e dos esforços de educadores para transformar a escola em um espaço mais democrático que propicie o desenvolvimento de atitudes cívicas, ao comparar os dados de 2006 e 2014 observamos retrocessos em diversos índices que medem o capital social. Por exemplo, em 2006 os entrevistados que concluíram o ensino médio tinham mais confiança na maioria das pessoas do que os entrevistados que não concluíram este nível. Isto se reverteu em 2014, quando se nota que os entrevistados que não concluíram o ensino médio tem mais confiança do que aqueles que concluíram. Portanto, é urgente que os gestores e toda a comunidade escolar considerem a importância da socialização política que ocorre na escola. É preciso aprofundar a democratização da escola, removendo dela os vícios opressores herdados, fazendo com que os alunos desde cedo construam, pelo diálogo, valores e atitudes que levarão para o resto de suas vidas e assim enriquecerão o Brasil com capital social.

6 - Referências

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opin. Publica* [online]. 2006, vol.12, n.1 [cited 2014-10-16], pp. 88-113 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-6276. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762006000100004>.

AZEVEDO, J. C; REIS, J. T. Democratização do Ensino Médio: a reestruturação curricular no RS. In: AZEVEDO, J. C; REIS, J. T (org.). *Reestruturação do Ensino Médio: pressupostos teóricos e desafios da prática*. São Paulo: Fundação Santillana, 2013.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 21, Nov. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 28 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000200007>.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opin. Publica*, Campinas, v.14, n. 2, Nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000200005&lng=en&nrm=iso>. Access on 26 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762008000200005>.

BARBOSA, Enio Rodrigo. Redes sociais conectam vida pessoal a profissional. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 64, n. 3, 2012 . Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000300008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 19 Nov. 2014.

BARBOSA, Nelson. "Dez anos de política econômica". In Sader, Emir (org.) *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, FLACSO, 2013.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. "Eu quero votar para presidente": uma análise sobre a Campanha das Diretas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 29 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100006>.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. In NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org), Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2ª edição. pp. 65-69.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Transição, consolidação democrática e revolução capitalista. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000200001&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 16 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582011000200001>.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. Editora Record, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. O Legado da ditadura para a educação brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 127, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302014000200002>.

DIEESE. Política de valorização do salário-mínimo. *Nota Técnica*, n. 86, jan. 2010. Disponível em <www.dieese.org.br>.

DUBET, François. A escola e a exclusão. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 119, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742003000200002>.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes; 1999.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. Matrizes do pensamento culturalista: Tocqueville e Almond-Verba. *Lua Nova*, São Paulo, n. 74, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452008000200006>.

FERREIRA, Vera Maria. Ensino Médio Politécnico: mudança de paradigmas. In: AZEVEDO, José Clovis de; REIS, Jonas Tarcísio (Org.). *Reestruturação do Ensino Médio: pressupostos teóricos e desafios da prática*. 1. ed. São Paulo: Fundação Santillana, 2013. p. 187-206.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 6, Dec. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 28 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000200003>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA JURADO, Roberto. *Crítica de la teoría de la cultura política*. *Polít. cult.*, México, n. 26, enero 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422006000200007&lng=es&nrm=iso>. acessado em 27 nov. 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARAES, Juarez. *A crise do paradigma neoliberal e o enigma de 2002*. São Paulo *Perspec.* [online]. 2001, vol.15, n.4 [cited 2014-10-02], pp. 136-144. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400015&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400015>.

INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo, Ed. Verbena, 2009.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia, estudos culturais: identidade política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LEAL, Maria Christina Diniz. *O discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas*. *DELTA*, São Paulo, v. 21, n. spe, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 26 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502005000300006>.

LEME, Alessandro André. *Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática*. *Barbaroi*, Santa Cruz do Sul, n. 32, jun. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782010000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 26 nov. 2014.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MATTOSO, Jorge. *Dez anos depois*. In: SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, FLACSO, 2013.

MOISES, José Alvaro. *Democratização e cultura política de massas no Brasil*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 26, Aug. 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000200002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 27 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000200002>.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. Rev. Econ. Polit., São Paulo, v.31, n.4, Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000400001&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: Oct. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572011000400001>.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. Sociologia, Problemas e Práticas, Oeiras, n. 33, set. 2000. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 27 nov. 2014.

PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. Lua Nova, São Paulo, n.58, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 26 nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100003>.

PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SADER, Emir. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, FLACSO, 2013.

SCHERER, Susana Schneid. A politecnicidade: compreensão e possibilidades para pensar a formação humana no campo escolar. XXVI Simpósio da ANPAE. Disponível em <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/SusanaScherer-ComunicacaoOral-int.pdf> Acessado em 28 de outubro de 2014.

SCHMIDT, João Pedro. Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio. EDUNISC, 2001

SERNA, Miguel. Rupturas e fissuras na cultura política democrática uruguaia. In: BAQUERO, Marcello. Desafios da Democratização na América Latina: debates sobre cultura política. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000, p. 47-72

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. 2012. São Paulo: Companhia das Letras.